

COMPREENDENDO A DISCRIMINAÇÃO CONTRA HOMOSSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO: DA HIPÓTESE REPRESSIVA À PRODUÇÃO DE DISCURSO¹

UNDERSTANDING THE DISCRIMINATION AGAINST GAYS IN THE WORKPLACE: THE CASE OF SPEECH PRODUCTION REPRESS

Sofia Vilela de Moraes e Silva²

Sumário: Introdução; 1 Hipótese repressiva: análise do pensamento de Reich e Marcuse; 2 Compreendendo a sexualidade em Michel Foucault; 2.1 Sexualidade: a história política de uma produção da verdade; 2.2 A produção da homossexualidade; Conclusão; Referências.

Resumo: O presente artigo objetiva compreender a discriminação contra homossexuais no mercado de trabalho. Para tanto, serão apresentadas duas teses sobre a sexualidade: a repressiva, desenvolvida por Herbert Marcuse e Wilhelm Reich e a de Michel Foucault, voltada à produção de discurso. Tanto Reich quanto Marcuse são considerados freudo-marxistas, porque empreendem uma ligação entre a psicanálise e a realidade, para explicar a repressão sexual que se configura nas sociedades capitalistas. Já Foucault, considera que mais importante que estudar a repressão ao sexo, é preciso estudar o discurso sobre o sexo. Desse modo, após uma avaliação de ambas as perspectivas, almeja-se expor conclusões que atendam as referidas análises.

Palavras-chave: discriminação; sexualidade; mercado de trabalho.

Abstract: This article aims to understand the discrimination against homosexuals in the labor market. So it must be presented two theories on sexuality: a repressive, developed by Herbert Marcuse and Wilhelm Reich, and Michel Foucault, to develop commercial speech. Both Reich and Marcuse are considered Freudian-Marxists, because they undertake a link between psychoanalysis and reality, to explain the sexual repression that is configured in capitalist societies. Since Foucault, considers most important to study the repression of sex, it is necessary to study the discourse on sex. Thus, after an assessment from both perspectives, aims to expose conclusions that meet those tests.

Keywords: discrimination; sexuality; job market.

Introdução

Por que ainda hoje se discute a discriminação contra homossexuais nas relações de trabalho? Ela realmente persiste nas empresas? Como compreender?

O modo de produção capitalista, baseado, como se sabe, na exploração do trabalho humano, exige pessoas dispostas a produzir e alienarem-se nesse processo. A questão é: como explicar a discriminação por orientação sexual no mercado de trabalho se, em princípio, a homossexualidade não interferiria na produção?

Para compreendermos melhor esse dilema, estudar-se-ão duas teses sobre a sexualidade: a repressiva, desenvolvida por Herbert Marcuse e Wilhelm Reich, e a de Michel Foucault, voltada à produção de discurso.

É importante, desde início, frisar que não nos debruçaremos sobre o conceito, a história minuciosa, ou mesmo, sobre questões legais e/ou jurisprudenciais da homossexualidade. Nosso intuito, neste breve ensaio, é apresentar apenas, de forma sucinta, as ideias dos referidos autores sobre a sexualidade, fazendo, assim, uma conexão com a homossexualidade.

1 Hipótese repressiva: análise do pensamento de Reich e Marcuse

¹ Artigo preparado para a disciplina Sociedade disciplinar: violência e direitos humanos, ministrada pelo Prof. Dr. Luciano Oliveira.

² Mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas e Doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista da CAPES.

Tanto Reich quanto Marcuse são considerados freudo-marxistas, porque empreendem uma ligação entre a psicanálise e a realidade, para explicar a repressão sexual que se configura nas sociedades capitalistas. Para entender melhor essa junção entre psicanálise e marxismo, iremos, de forma simplificada, apresentar o pensamento de cada autor.

O psicanalista Wilhelm Reich interessou-se sobre a temática da sexualidade na primeira metade do século XX. Por ter realizado uma crítica fortíssima à sociedade moderna, às instituições burguesas, a todos os modelos autoritários, ao modelo familiar e à questão sexual, foi perseguido por nazistas, fascistas, comunistas e capitalistas americanos.

Contemporâneo de Freud, Reich avançou em seus estudos ao compreender que a sociedade, com sua ideologia patriarcal, controlava os indivíduos, reprimindo-os também sexualmente. Em seu célebre livro, *A função do orgasmo*, no qual narra sua trajetória na psicanálise, bem como apresenta suas principais ideias, aduz que “[...] a repressão sexual é de origem econômico-social e não biológica. A sua função é assentar o fundamento para uma cultura patriarcal e autoritária e para a escravidão econômica [...]” (REICH, 1979, p.199-200).

Desse modo, para ele, a sociedade autoritária e patriarcal controla todos os impulsos do ser humano, principalmente aqueles que julga serem antissociais, por meio de proibições morais coercitivas. Esse controle só é possível e perene nas sociedades pelo mecanismo da tradição, pois “a sociedade molda o caráter humano. Por sua vez, o caráter humano reproduz, em massa, a ideologia social” (REICH, 1979, p.164). Essa couraça que reveste o indivíduo o leva necessariamente a processos neuróticos, tornando visível a miséria sexual em que os seres humanos se encontram. Para transformação desse quadro, propõe uma revolução política, que necessita antes de uma revolução sexual.³

Portanto, podemos interpretar, com base em Reich, que a discriminação de homossexuais é realizada, porque os mesmos não se enquadrariam na moral determinada pela sociedade patriarcal, que ainda valoriza o casamento monogâmico e heterossexual. Assim, por meio da tradição, essa discriminação seria reproduzida, sem, ao menos, os indivíduos se apercebessem o porquê dessa repressão sexual.

O sociólogo e filósofo Herbert Marcuse, membro da Escola de Frankfurt, também debruçou-se na crítica à sociedade do século XX. No seu livro, *A ideologia da sociedade industrial*, afirma que “esta sociedade transforma tudo o que toca em fonte potencial de progresso e de exploração, de servidão e satisfação, de liberdade e de opressão. A sexualidade não constitui exceção” (MARCUSE, 1973, p. 87).

Nesse viés, Marcuse procurou demonstrar o quanto o ser humano é reprimido sexualmente dentro de uma sociedade que lhe vende a ideia de plena liberdade, para tanto, junto com sua perspectiva crítica marxista, utilizou-se da teoria freudiana, a qual, diferente dos revisionistas neofreudianos, considera, em sua substância, sociológica e filosófica, possuindo uma forte teoria social.

Em *Eros e civilização*, Marcuse, parafraseando Freud, afirma que “a história do homem é a história da sua repressão” (1978, p.30). Para que a cultura surgisse, foi necessária a repressão dos instintos, dentre eles o sexual. Desse modo, para que o homem deixasse de ser um mero animal e se tornasse um ser humano civilizado, foi preciso uma transformação nos anseios e valores instintivos. Essa mudança – da satisfação imediata para a mediata; do prazer para a restrição do prazer; da atividade lúdica para o trabalho; da receptividade para a produtividade; e da ausência de repressão para a segurança – foi descrita por Freud como a passagem do princípio de prazer para o princípio de realidade (MARCUSE, 1978, p.34).

A sociedade seria necessariamente repressiva, e a sublimação dos instintos sexuais seria imprescindível para o funcionamento dela. Portanto, o motivo para a repressão dos instintos seria econômico: para que todos tenham energia para trabalhar, é necessário controlar a energia desperdiçada nas atividades sexuais.

O processo de sublimação repressiva descrito por Freud significaria, pois, essa alteração da finalidade e do objeto do instinto, transformando a meta sexual imediata em objetivos outros não sexuais, como a criação artística, por exemplo. A sublimação, por conseguinte, favorece a “reprodução monogâmica e a dessexualização da maior parte do corpo” (MARCUSE, 1978, p.181).

Esse controle, realizado por uma organização social do instinto sexual, delimita como perversões todas as manifestações que não servem para a função procriadora, dentre elas o prazer adquirido com

³ Para mais detalhes sobre a revolução sexual, olhar: WILHELM, Reich. **A revolução sexual**. Trad. Ary Blaustein. São Paulo: Círculo do Livro, 1966.

pessoas do mesmo sexo. Seria necessário combater todos os instintos sexuais, inclusive, os homossexuais, no intuito de economizar energia para o processo de produção. Nesse contexto, se há uma extrema rigidez em sustentar o tabu sobre as perversões, é porque elas “expressam a rebelião contra a subjugação da sexualidade à ordem da procriação e contra as instituições que garantem essa ordem” (MARCUSE, 1978, p. 61).

Marcuse, investigando a tese da sublimação em Freud, acredita que, na verdade, na sociedade industrial moderna, o que vem prevalecendo é um novo processo: a dessublimação repressiva. Para ele, a sociedade de massa contemporânea possibilita uma maior liberdade – inclusive sexual – e uma satisfação das necessidades – muito mais as “falsas” do que as “verdadeiras”⁴. Contudo, essa liberdade é apenas aparente, porque acabaria sendo um meio de dominação dos indivíduos, eis que os impedem de enxergar a própria repressão. Nesse sentido, adverte o filósofo:

A dessublimação institucionalizada parece, assim, ser um aspecto da ‘conquista da transcendência’ conseguida pela sociedade unidimensional. Assim como essa sociedade tende a reduzir e até a absorver a oposição (a diferença quantitativa) no âmbito da política cultura superior, também tende a fazê-lo na esfera instintiva. O resultado é a atrofia dos órgãos mentais, impedindo-os de perceber as contradições e alternativas e, na única dimensão restante da racionalidade tecnológica, prevalece a *Consciência feliz* (MARCUSE, 1973, p. 88)

A *Consciência feliz*, que seria a crença em que o real seja racional, imobiliza os indivíduos, deixando-os em um estado de conformismo. Logo, no processo de dessublimação há eliminação da própria consciência da repressão, impedindo a revolta por uma nova realidade.

Ademais, apesar de junto com a “dessublimação” haver uma “ressexualização”, não há plena liberação da libido polimórfica, ou seja, ligada à homossexualidade e a outras modalidades, mas sim da sexualidade genital. Neste sentido, esta libertação é ainda mais aparente, porque se resume a manutenção do sistema repressivo. O objetivo de Marcuse, enfim, é que os indivíduos consigam enxergar dentro dessa racionalidade posta pelo sistema, a visível irracionalidade.

Realizada essa brevíssima visão da hipótese repressiva da sexualidade, passemos a examinar a perspectiva foucauldiana.

2 Compreendendo a sexualidade em Michel Foucault

O primeiro livro da série *História da sexualidade, A vontade de saber*, inaugura um projeto arrojado de Michel Foucault, iniciado com sua publicação em 1976. A ideia inicial era a elaboração de mais cinco volumes, tratando sobre temas relacionados à sexualidade do século XIX, os quais foram inclusive antecipados no primeiro volume, quais sejam, a histerização dos corpos das mulheres; a pedagogização do sexo das crianças; a socialização do comportamento procriativo e a psiquiatrização do prazer dos perversos (GARTON, 2009). Contudo, das cinco propostas de livros, somente foram publicados mais duas obras com perspectivas e títulos bem diferentes das previstas inicialmente. Foucault, no *Uso dos prazeres* e no *O cuidado de si*, resgata os estudos na Grécia e Roma clássicas, preocupando-se mais com a formação do eu por meio dos regimes discursivos.

2.1 Sexualidade: a história política de uma produção da verdade

Retomemos o primeiro livro, pois ele constituirá a base teórica para as pretensões deste estudo. A *vontade de saber* foi redigida no contexto dos anos setenta, momento em que, na França, desenvolviam-se os movimentos de liberação sexual e o discurso psicanalítico. Desse modo, como afirma Didier Eribon (2008, p. 331), “seria possível dizer que o alvo político de Foucault foi o freudo-marxismo e as obras de Herbert Marcuse e Wilhelm Reich, tornadas as referências maiores dos movimentos de emancipação, e seu alvo teórico, a própria psicanálise”.

⁴ As necessidades verídicas são aquelas vitais ao ser humano, como: comida, roupa, teto. Já as falsas são aquelas impostas ao indivíduo pela sociedade industrial por interesses sociais particulares ao reprimi-lo. Serão essas últimas que perpetuam o trabalho alienado, a agressividade, a miséria e a injustiça.

Portanto, Foucault, de imediato, afasta-se da tão evocada “hipótese repressiva”, eis que, como visto acima, para os freudo-marxistas, a sociedade burguesa reprimiria a sexualidade no intuito de deslocar a libido, isto é, a energia, para a produtividade no trabalho.

Na sua obra *Verdade e as formas jurídicas*, Foucault, visando firmar uma base metodológica, alerta que “existe uma tendência que poderíamos chamar, um tanto ironicamente, de marxismo acadêmico, que consiste em procurar de que maneira as condições econômicas de existência podem encontrar na consciência dos homens o seu reflexo e expressão” (2009, p.8). Para ele, essa posição tradicional do marxismo universitário da França e da Europa como um todo não leva em consideração que o próprio sujeito de conhecimento tem uma história e, mais claramente, a própria verdade tem uma história.

Assim, para Foucault (2010, p. 125), “é preciso abandonar este tipo de demarcação, defasar a análise com relação ao problema da ‘força de trabalho’ e abandonar, sem dúvida, o energismo difuso que sustém o tema de uma sexualidade reprimida por motivos econômicos”.

Ainda sobre esse tipo de demarcação, que, frise-se, o filósofo francês rejeita, em um primeiro momento buscou-se reprimir a sexualidade em nome da necessidade de constituir uma ‘força de trabalho’ – evitando o desperdício de energia fora da esfera laboral – e garantir a reprodução – fabricando novos operários. No segundo momento, já ligada à época do capitalismo tardio, instante em que se eliminam as constrictões violentas e físicas do século XIX, bem como não mais se exige a supressão do sexo e seu papel não se limita exclusivamente à reprodução, Marcuse diria que houve uma “dessublimação repressiva”, sendo a sexualidade controlada pelo sistema econômico, presa ainda à sociedade repressiva (FOUCAULT, 2010, p.125).

Ao contrário dessa posição, Foucault observa que na sociedade burguesa, capitalista ou industrial, que se desenvolve no século XVIII, não houve uma reação ao sexo, no intuito de negar-lhe o reconhecimento, houve, sim, todo um aparelho voltado a produzir discursos verdadeiros sobre ele (2010, p.79).

Acrescenta que “ao invés, de uma repressão do sexo das classes a serem exploradas, tratou-se, primeiro, do corpo, do vigor, da longevidade, da progeneração e da descendência das classes que ‘dominavam’” (2010, p.134). O que teria ocorrido, portanto, foi a autoafirmação de uma classe e não a sujeição de outra.

Ironicamente, Foucault (2010, p. 137) lança: “perdoem-me aqueles para quem burguesia significa elisão do corpo e recalque da sexualidade, aqueles para quem luta de classe implica o combate para suprimir tal recalque. A ‘filosofia espontânea’ da burguesia talvez não seja tão idealista e castradora”.

A preocupação com o corpo e a sexualidade do proletariado só teria se tornando um problema a ser solucionado quando surgiram os conflitos relacionados ao espaço urbano, às doenças, e à prostituição; quando foram necessárias urgências econômicas, ligadas ao setor da indústria pesada e à obrigação de controlar o crescimento populacional; e quando se instaurou uma tecnologia de controle para manter sob vigilância tanto o corpo quanto a sexualidade que estavam sendo reconhecidos neles, por meio da escola, da política da higiene pública, das instituições de assistência e previdência, da medicalização geral das populações e etc. (2010, p. 138).

Desse modo, nota-se que o objetivo de Foucault é estudar a história da sexualidade, afastando-se das concepções que associam todos os fatos sociais e a mente humana à economia de escassez, almejando, em contrapartida, esmiuçar “as instâncias de produção discursiva (que, evidentemente, também organizam silêncios), de produção de poder (que, algumas vezes têm a função de interditar), das produções de saber (as quais, frequentemente, fazem circular erros e desconhecimentos sistemáticos)” (2010, p. 19).

À primeira vista pode-se chegar à conclusão que Foucault se encontra descontextualizado e se comporta contrário à realidade. Ora, como dizer que a sexualidade não foi reprimida, se sempre houve relatos de punição legal e/ou social àqueles que saíram do modelo de sexo praticado dentro de um relacionamento conjugal heterossexual.

Nesse caso, o próprio Foucault, antecipando-se a esse questionamento, ainda nas primeiras páginas da *Vontade de saber*, afirma:

Não pretendo afirmar que o sexo não tenha sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época clássica; nem mesmo afirmo que a partir daí ele o tenha sido menos do que antes. Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o

elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna (2010, p. 18).

Nesse viés, mais importante que estudar a repressão ao sexo, para Foucault, é estudar o discurso sobre o sexo, é realizar uma análise profunda desses discursos, não sob o aspecto linguístico, mas sim “como jogos (games), jogos estratégicos, de ação e reação, de pergunta e de resposta, de dominação de esquiva, como também de luta” (2009, p. 9).

Por meio dos discursos, o sexo se constituiu como objeto da verdade. Se, para ele, verdade é “conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”(FOUCAULT, 1979, p.14), os diferentes discursos sobre a sexualidade, seja da psicanálise, da medicina, da igreja, da escola, foram criando sua verdade sobre o sexo.

Por isso a insistência de Foucault em estudar os discursos e não propriamente as interdições. Na obra *Microfísica do poder*, reitera essa assertiva: “não quero fazer a sociologia histórica de uma proibição, mas a história política de uma produção da verdade” (1979, p.230).

A verdade seria produzida por dois grandes procedimentos: nas sociedades que se vincularam a uma *ars erotica*, como a chinesa, japonesa e indiana, a verdade é retirada do prazer, ou seja, da própria prática sexual, devendo-se manter secreto em nome da sua eficácia e virtude; já na nossa civilização, para se produzir a verdade sobre o sexo, foi necessária uma *scientia sexualis*, tendo como sua principal técnica a confissão (FOUCAULT, 2010, p.65-66).

A confissão, assim, constitui “todos estes procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito” (FOUCAULT, 1979, p. 264).

Esse tipo de técnica, que antes se limitava apenas à penitência, foi se difundindo, aos poucos, a partir do protestantismo, da Contra-Reforma, da pedagogia do século XVIII e, finalmente, da medicina do século XIX. Por meio do falar-ouvir, produziram-se todas as verdades que se difundem sobre o sexo.

Nesse contexto, a investigação foucauldiana visa examinar a criação de um certo tipo de saber sobre o sexo, não em termos de repressão ou lei, mas sim de poder. Os autores da hipótese repressiva colocam o poder como força centralizada e controladora, advinda do sistema econômico vigente, Foucault, por seu turno, adverte que “se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” (2010, p.102).

Desse modo, o poder está em toda a parte e provém de todos os lugares. O poder, no caso do saber sobre o sexo, não possui apenas um caráter negativo, mas também positivo, pois auxilia na produção e disseminação do prazer.

Para compreender o poder sobre o sexo e o próprio corpo, é necessário entender que ambos se englobam no contexto do poder sobre a vida. Este se desenvolveu, a partir do século XVII, em duas formas. Na primeira, o objetivo foi tratar o corpo como máquina, como bem descreve em *Vigiar e punir*. Por meio de procedimentos disciplinares, foi realizada uma anatomia política do corpo humano, que permite o seu controle minucioso, impondo-lhe uma relação de docilidade-utilidade (FOUCAULT, 2007).

Já em segundo momento, a partir da metade do século XVIII, o corpo passou a ser alvo de uma bio-política da população, buscando-se, mediante uma série de intervenções e controles, regular “a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade [...]”(FOUCAULT, 2010, p. 152).

Essas duas formas de exercitar o poder sobre a vida tornaram o sexo um foco de disputa política, de um lado o sexo faz parte das disciplinas do corpo, de outro, o sexo pertence à regulação das populações. Daí o surgimento de quatro conjuntos estratégicos, atacados pela política do sexo, que desenvolvem dispositivos específicos de saber e de poder.

O primeiro deles foi a histerização do corpo da mulher – o corpo da mulher foi posto em comunicação orgânica com o corpo social, com o espaço familiar e com a vida das crianças; o segundo foi a pedagogização do sexo da criança; o terceiro tratou da socialização das condutas de procriação – socialização essa econômica, política e médica; e, por fim, a psiquiatrização do prazer perverso – procurou-se uma tecnologia corretiva para todas as anomalias (FOUCAULT, 2010, p.115-116).

É exatamente nesse último grupo que se firmaram os discursos e, portanto, a verdade sobre a homossexualidade.

2.2 A produção da homossexualidade

Os psiquiatras, a partir do século XIX, realizaram uma verdadeira caça às sexualidades periféricas, isto é, aos ditos perversos, tratando logo de especificá-los e enquadrá-los nas mais diversas espécies – homossexuais, zoófilos, exibicionistas, fetichistas, etc., como explica Foucault (2010, p.56):

A implantação das perversões é um efeito-instrumento: é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações de poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas. E, nesse avanço de poderes, fixam-se sexualidade disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática.

Segundo Foucault, a homossexualidade, como categoria psicológica, psiquiátrica e médica, surgiu com o artigo “As sensações sexuais contrárias”, de Westphal em 1870, sendo, pois, caracterizada “como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter em si mesmo, o masculino e o feminino” (2010, p.50-51).

A homossexualidade, assim, apareceu como umas das figuras da sexualidade quando foi transferida da prática da sodomia – aquela dos antigos direitos civil ou canônico, caracterizando-se como um tipo de ato interdito e o seu autor não passando de um sujeito jurídico – para uma espécie de hermafroditismo da alma. Dessa maneira, “o homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida [...]” (FOUCAULT, 2010, p.50).

A homossexualidade tal qual a compreendemos ontem e hoje foi produzida por esses discursos. Sendo assim, a discriminação que atualmente ainda há contra os homossexuais, embora seja combatida por lei, continuará a existir como manifestação da absorção pela sociedade das verdades produzidas pelos dispositivos da sexualidade.

O discurso foi capaz de instituir a homossexualidade como pecado, enquadrá-la como patologia, mas, ressalta-se, também possibilitou sua difusão para a formação de outros discursos. Ao mesmo tempo que se propagava o discurso de que a homossexualidade era um mal a ser tratado, expandiam-se o conhecimento sobre a própria homossexualidade, fazendo surgir, pois, outros mecanismos de resistência.

Conclusão

Feitas essas breves explanações sobre o pensamento de Reich, Marcuse e Foucault, voltemos a nossa indagação inicial: por que há a discriminação nas relações de trabalho por orientação sexual?

Fundindo os pensamentos ora expostos, já que o próprio Foucault não nega que exista a repressão, apenas por questões metodológicas, prefere investigar a história dos discursos, compreende-se que a homossexualidade foi criada, assumindo na sociedade industrial um sentido de perversão, ou seja, uma sexualidade que estava fora dos padrões heterossexuais, com fins procriadores. Portanto, a homossexualidade deve ser controlada porque, além de chocar com a moralidade imposta aos indivíduos, esse modelo não é útil para a sociedade.

Portanto, se o poder está em toda a parte, controlando e disciplinando, também estará no mercado de trabalho formal. Logo, será exatamente na base de sustentação da sociedade, ou seja, na economia, que esse poder sobre a vida e o corpo se manifestará vigiantemente.

Por fim, há de se lembrar que, como assevera Foucault, “onde há poder há resistência”. Nesse ínterim, as correlações de poder “não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão” (2010, p. 106). E exatamente é nesses pontos de resistência que devem ser usados para substituir o discurso da exclusão, da discriminação.

Referências

- ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Trad. de Procopio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3.ed. Rio de Janeiro: NAU, 2009.
- _____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 2010.
- _____. **Microfísica do Poder**. 23.ed. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. 34.ed. Trad. de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- GARTON, Stephen. **História da sexualidade**: da antiguidade à revolução sexual. Trad. Mário J. Félix. Lisboa: Estampa, 2009.
- MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Trad. de Giasque Rebuá. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. **Eros e civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Trad. de Álvaro Cabral. 7.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- REICH, Wilhelm. **A função do orgasmo**: problemas econômicos-sexuais da energia biológica. 5.ed. Trad. de Maria da Glória Novak. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. **A revolução sexual**. Trad. de Ary Blaustein. São Paulo: Círculo do Livro, 1966.